



IX CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

Portugal, território de territórios

ÁREA TEMÁTICA: Trabalho, Organizações e Profissões [ST]

DINÂMICAS DE INSERÇÃO PROFISSIONAL ENTRE JOVENS GRADUADOS DO ENSINO SUPERIOR DURANTE O PERÍODO DE ASSISTÊNCIA ECONÓMICA EM PORTUGAL

MORAIS, César

Mestre em Sociologia, FCSH-UNL, cesar.morais@mail.telepac.pt

CHAVES, Miguel

Doutor em Sociologia, FCSH-UNL, miguel.chaves@fsh.unl.pt

Resumo

Durante o último período de assistência económica em Portugal as estatísticas oficiais sobre o emprego assinalam um conjunto de alterações no mercado de trabalho. Além de uma flagrante perda de empregos, as principais tendências identificadas refletem uma degradação da qualidade do emprego. Estas reconfigurações afetaram a maioria da população mas tornaram-se especialmente notórias entre a população jovem, em particular junto dos indivíduos que procuram inserir-se no mercado de trabalho pela primeira vez.

As análises sociológicas que se debruçam sobre a inserção profissional ancoram estas mutações numa “nova ordem capitalista contemporânea” à qual correspondem novas formas e relações com o trabalho e o emprego, porém, são ainda escassas as análises que focam a sua atenção no recente período de assistência económica e no segmento populacional mais jovem e qualificado, isto é, os recém-graduados do ensino superior.

Esta comunicação promove uma análise evolutiva das taxas de “atividade”, “inatividade”, “emprego” e “desemprego”, e do “grupo profissional”, “tipo de contrato de trabalho” e “rendimento salarial” entre 2011 e 2015. Não deixaremos ainda de confrontar os dados referentes à população portuguesa com os respeitantes ao conjunto de países da zona euro, com especial atenção a eventuais paralelismos com países que também foram alvo de intervenções económicas similares à que ocorreu em Portugal.

Abstract

During the last period of economic assistance in Portugal official statistics on employment indicate a number of changes in the labor market. In addition to a flagrant loss of jobs, the main trends identified reflect a deterioration in the quality of employment. These reconfigurations affected the majority of the population but have become especially noticeable among young people, particularly in those seeking to enter the labor market for the first time.

Sociological analysis that focus on employability anchor these mutations in a "new contemporary capitalist order" to which correspond new forms and relations with labor and employment, however, is still scarce analyzes that focus their attention on recent period economic assistance and in the youngest and more qualified population segment, that is, recent graduates of higher education.

This communication promotes an evolutionary analysis of the rates of "activity", "inactive", "employment" and "unemployment", and also the "professional group", "type of employment contract" and "salary income" between 2011 and 2015. There We will also confront the data of the Portuguese population with the whole euro area, with particular attention to possible parallels with countries that were also subject to similar economic interventions to that which occurred in Portugal.

Palavras-chave: Inserção profissional; Diplomados do ensino superior; Evolução do emprego.

Keywords: Transition from school to work; Higher education graduates; Work evolution.

[COM0346]

1. A crise económica europeia e a análise sociológica ao emprego contemporâneo

A crise económica que assola a zona Euro desde 2008 produziu efeitos especialmente negativos nos países “periféricos” desta união monetária, nos quais, durante os primeiros cinco anos da presente década, se sucederam ruturas económicas e intervenções económicas externas (designação gerada no quadro europeu). Este texto analisa a evolução do mercado de trabalho entre 2011 e 2015 para graduados do ensino superior na zona Euro, destacando desse conjunto os de países intervencionados.

Em 2010, primeiro a Grécia, e depois a Irlanda, emitiram um pedido de auxílio económico, no sentido de evitar a rutura das suas economias e finanças públicas. No ano de 2011, incapaz de se financiar nos mercados externos, o governo português emite um pedido internacional de auxílio económico, tornando-se assim o terceiro Estado a lançar um apelo deste género na zona Euro. Em 2012, foi o governo espanhol a solicitar um processo de ajuda internacional que, neste caso, incidiu apenas sobre o seu setor financeiro. Em 2013, o Chipre juntou-se também a este lote de países. Na sua maioria, estes pedidos foram atendidos por uma parceria entre a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, comumente apelidada de “troika” que, em troca de empréstimos avultados indexados a taxas de juro reduzidas, exigiu a estes Estados a aplicação, em prazo definido, de um conjunto de reformas estruturais e medidas de contenção da despesa pública destinadas a “reduzir o défice das administrações públicas”, “obter uma posição de equilíbrio orçamental”, “apoiar a competitividade” e “recuperar a confiança dos mercados financeiros”. Apesar dos contornos destas sucessivas intervenções, assim como a forma como decorrerem, ou ainda decorrem – nos casos do Chipre e da Grécia –, sejam bastante distintos entre si, todas resultaram de ruturas económicas, ou seja, agravamentos notórios dos índices macroeconómicos motivados em grande medida por um contexto europeu e internacional de crise.

Estas intervenções económicas, os sucessivos pacotes de austeridade e inúmeras reformas que implicaram, não produziram melhorias de monta no ambiente económico, nem nos mercados de trabalho (Colebrook *et al.* 2015, 3). Com efeito, além dos indicadores macroeconómicos se manterem débeis, verificou-se que o mercado de trabalho estagnou ou retrocedeu, especialmente entre a população mais jovem. Em análises recentes, Portugal, a par com a Espanha e Grécia, destacam-se dos restantes países europeus pela elevada incidência e rápido aumento dos desempregados com menos de 25 anos (Eichhorst e Neder, 2014), conclusões que também se estendem à faixa etária entre os 25 e 29 anos (Eurostat 2015, 159). Também o emprego temporário tem aumentado rapidamente, tornando-se mais frequente entre indivíduos com 15 a 29 anos na generalidade dos países europeus (Eichhorst e Neder, 2014, pp. 8; Eurostat, 2015, pp. 154). No caso português, Costa e Caldas (2013, pp. 100-105), assinalam ainda que as consequências da recessão prolongada e das políticas de austeridade geraram maiores níveis de inatividade, menor proteção para os desempregados e sectores mais vulneráveis da população, aumento da emigração e agravamento das desigualdades, nomeadamente na distribuição do rendimento. A resposta social a estas alterações fica bem patente na multiplicação das iniciativas de protesto em espaço europeu, na escalada da contestação sindical e das ordens profissionais, e nos novos movimentos sociais e políticos de pendor radical.

Porém, a evolução recente do mercado de trabalho não resulta exclusivamente da crise económica e das impopulares medidas de austeridade. Com efeito, já há muito que análises sociológicas assinalam alterações similares à organização do trabalho, ancorando-as numa nova configuração capitalista (Beck, 2000; Boltanski e Chiapello, 1999). Trata-se de um “novo” capitalismo que se alia a um *ethos* flexível imbricado nos processos de globalização, de difusão das tecnologias de informação e comunicação, e de terciarização dos mercados (Kovács *et al.*, 2006, pp. 32). Tal como David Harvey (1990) assinalou, o regime de acumulação flexível do capitalismo contemporâneo caracteriza-se por oposição à “rigidez” da era *fordista*. A qualidade, a diversidade, a capacidade de adaptação às necessidades dos clientes, a necessidade de garantir prazos de entrega curtos, a rapidez de resposta, a polivalência, entre outros, configuram atualmente fatores de concorrência cada vez mais importantes (Kovács, 2014, pp. 86). Assim, a competitividade dos agentes económicos – indivíduos, instituições, blocos económicos e nações – depende da sua capacidade para se posicionarem no seio desta produção flexível. Emerge assim a lógica da *empresa flexível* (Atkinson, 1987), que provê os mercados com respostas mais rápidas (*just-in-time*) e globais tendo por base quatro tipos de flexibilidade: i) numérica – ajustamento da força de trabalho a diferentes níveis e

ritmos de produção; ii) funcional – polivalência dos processos de produção e trabalhadores; iii) de distanciação e externalização – capacidade de subcontratar e de deslocalizar a produção; iv) e remuneratória – variações nas remunerações e prémios de acordo com produtividade individual e/ou volume de negócios da empresa (Kovács, 2014, pp. 36).

Segundo Kovács (2014, pp. 34), a flexibilidade laboral pode abrir *janelas de oportunidade*, como a autonomia, encontro entre aspirações individuais e participação laboral, melhores remunerações e alargamento das competências; mas também comporta *riscos* evidentes, como o trabalho temporário, remunerações baixas ou irregulares, ocupações pouco qualificadas, poucas oportunidades de qualificação e conflitos com outras esferas de atividade, isto é, várias formas de relacionamento precário com a esfera do trabalho (Standing, 2014). Devemos notar que, parte substantiva da resposta institucional à presente crise económica procurou, justamente, flexibilizar as políticas e legislações laborais, beneficiando a institucionalização do capitalismo contemporâneo.

A análise que aqui se apresenta procura conhecer a evolução do mercado de trabalho para graduados do ensino superior, definindo como balizas temporais de observação o período de resgate económico português, ou seja, 2011 e 2015. Esta análise possui dois propósitos interligados: i) analisar a situação profissional dos diplomados portugueses com idades compreendidas entre os 25 e 34 anos, o que nos permite dar continuidade ao trabalho por nós realizado a propósito de graduados com idades situadas nesse mesmo escalão etário entre os anos de 2005 e 2010 (Chaves e Morais, 2014; Chaves e Morais, 2016); ii) contextualizar o caso dos graduados portugueses face aos diplomados do conjunto dos 19 países que formam a zona Euro e aos restantes países alvo de intervenção económica: Chipre, Espanha, Grécia e Irlanda. Este exercício contextual, ainda que limitado à partida por realidades políticas, sociais e culturais distintas, procura assinalar convergências e divergências entre a evolução da inserção profissional da parcela de graduados portugueses em análise e os seus congéneres europeus num cenário comum de crise económicaⁱ.

2. Notas metodológicas

A inserção profissional entre 2011 e 2015 será caracterizada observando a evolução das taxas de *atividade*, *inatividade*, *emprego* e *desemprego*, *grupo profissional*, *tipo de contrato de trabalho* e *rendimento médio mensal líquido* ao longo desses cinco anos.

As informações que permitem focar os graduados portugueses entre os 25 e 34 anos são recolhidas a partir do Inquérito ao Emprego (IE) do Instituto Nacional de Estatística (INE). Os resultados deste inquérito são representativos do conjunto dos indivíduos residente no território nacional e todos os seus indicadores seguem as normas internacionais estabelecidas pelo *Labour Force Survey* (LFS). Note-se também que a designação “graduados do ensino superior” corresponde aos níveis 5 a 8 estabelecidos na International Standard Classification of Education (ISCED) e inclui todos os indivíduos que concluíram um bacharelato, licenciatura, mestrado ou doutoramento. Por outro lado, os dados internacionais são extraídos da agência estatística da UE, o Eurostat, que reúne dados representativos da população europeia. Os indicadores disponibilizados nesta coleção multinacional de dados seguem os critérios do LFS e o nível de escolaridade surge harmonizado de acordo com a ISCED. O escalão etário que mobilizámos para os graduados portugueses – 25 a 34 anos – não se encontra disponível no Eurostat. Com efeito, as faixas etárias que o Eurostat disponibiliza variam de indicador para indicador, uma particularidade que impossibilita, por exemplo, que dados europeus sejam consultáveis cumulativamente para um mesmo conjunto de idades. Assim, iremos analisar primeiro dados extraídos do INE para diplomados portugueses com 25 a 34 anos, para depois avaliar no escalão etário disponível nas estatísticas do Eurostat a situação dos graduados no conjunto da zona Euro e nos países intervencionados, onde se incluirá novamente o caso português.

3. A evolução da situação perante a atividade e o emprego entre graduados do ensino superior

Na tabela 1 podemos verificar que a *taxa de atividade* entre os graduados do ensino superior português com idades compreendidas entre 25 e 34 anos se revela bastante elevada, embora sofra uma redução de 2,1 pontos

percentuais (pp) entre 2011 e 2015, passando, respetivamente, de 93,9% para 91,8%. Em consequência, a *taxa de inatividade* ascende igual medida (2,1 pp) e aumenta de 6,1% para 8,2% no mesmo período temporal. Acresce que nos últimos dois anos desta série – 2014 e 2015 – o ritmo a que diminuem os graduados *ativos* e aumentam os *inativos* é mais evidente.

			2011	2012	2013	2014	2015	Variação
			%	%	%	%	%	pp
Taxa de Atividade	25 - 34 anos	Portugal	93,9	93,9	93,2	92,3	91,8	-2,1
	25 - 29 anos	Zona Euro 19 Países	87,7	87,8	87,3	86,7	86,3	-1,4
		Portugal	96,9	96,6	96,9	95,3	96,7	-0,2
		Chipre	90,9	89,3	91,9	93,3	92,9	2,0
		Espanha	88,4	89,0	88,7	88,7	88,2	-0,2
		Grécia	92,0	92,6	92,0	91,3	90,9	-1,1
Irlanda	89,4	88,6	87,0	87,3	88,2	-1,2		
Taxa de Inatividade	25 - 34 anos	Portugal	6,1	6,1	6,8	7,7	8,2	2,1
	25 - 29 anos	Zona Euro 19 Países	12,3	12,2	12,7	13,3	13,7	1,4
		Portugal	3,1	3,4	3,1	4,7	3,3	0,2
		Chipre	9,1	10,7	8,1	6,7	7,1	-2,0
		Espanha	11,6	11,0	11,3	11,3	11,8	0,2
		Grécia	8,0	7,4	8,0	8,7	9,1	1,1
Irlanda	10,6	11,4	13,0	12,7	11,8	1,2		

Tabela 1 – Taxa de atividade e inatividade para graduados do ensino superior. Fonte: IE-INE; Eurostat

O aumento dos diplomados *inativos* afirma-se como um fenómeno complexo para o qual concorrem vários fatores. Desde logo, não será alheio ao crescente número de graduados que opta por prosseguir os seus estudos académicos para lá da licenciatura, permanecendo assim na condição de *inativo*-estudante enquanto realiza um mestrado ou doutoramento (Alves M., Alves e Chaves, 2012). Todavia, o prolongamento dos estudos também se pode relacionar com dificuldades de empregabilidade acrescidas para os recém-graduados que, uma vez confrontados com situações de *desemprego*, ou incapazes de encontrar um *emprego* que consideram adequado às suas competências ou aspirações, optam por permanecer no sistema de ensino, funcionando este como um “parque de estacionamento” da vida *ativa* (Vieira, Ferreira e Rowland, 2015, pp. 12) que permite adquirir um maior volume de capital académico.

O crescimento da *inatividade* entre graduados do ensino superior surge também aliado ao crescimento da emigração em Portugal. Note-se que entre 2011 e 2015 a emigração portuguesa cresceu substancialmente, atingindo valores só antes observados nos anos 60 e 70 do século XX (Pires, 2015). Neste fluxo crescente de emigrantes a percentagem de graduados do ensino superior tem-se tornado cada vez mais evidente, uma evolução comumente apelidada de “fuga de cérebros” e que se relaciona diretamente com a escassez de oportunidades de trabalho ou de carreira em Portugal (Gomes, 2015). Ao emigrarem, estes diplomados são subtraídos às estatísticas nacionais, uma vez que o INE apenas considera a população residente em Portugal. Caso permanecessem em território português, certamente fariam aumentar o número de *empregados* ou de *desempregados* e, portanto, contribuiriam para o crescimento da parcela *ativos* no total da população graduada.

Na leitura da tabela 1 verifica-se que a *taxa de atividade* dos diplomados com idades entre os 25 e 29 anos para o conjunto dos 19 países que formam a zona euro também regista um recuo de 1,4 pp entre 2011 e 2015. Encontramos uma evolução idêntica entre os graduados em Portugal, Espanha, na Grécia e na Irlanda, onde ao longo desses cinco anos a *taxa de atividade* reduz, respetivamente, 0,2 pp, 0,2 pp, 1,1 pp e 1,2 pp; apenas no

Chipre se verifica uma tendência inversa, ou seja, a *taxa de atividade* para graduados do ensino superior aumenta 2 pp no período em análise.

Será também plausível que o aumento dos níveis de *inatividade* entre os diplomados europeus se relacione com o crescente número daqueles que prolongam os seus estudos além de uma licenciatura ou que realizam formações profissionais. Note-se que de 2003 a 2012, além de se detetar um aumento progressivo da porção de europeus com cursos superiores, a percentagem de graduados envolvidos em processos de “aprendizagem ao longo da vida” era bastante mais elevada do que entre não-graduados (Eurostat, 2013, pp. 111). Por outro lado, análises recentes demonstram que, nos últimos anos, o fenómeno da “fuga de cérebros” tem crescido entre países europeus, especialmente de países mais afetados pela crise económica para outros onde a situação laboral se afigura mais promissora (Schellinger, 2015).

Esta progressiva “desativação económica” de graduados europeus também resulta do aumento da parcela dos “nem-nem”, ou seja, aqueles que nem trabalham, nem estudam nem tampouco procuram *emprego*, permanecendo assim *inativos* entre o final da escolaridade e o início da vida *ativa*. Esta situação, designada em espaço europeu por NEET (*Not in Employment, Education and Training*), surge diretamente correlacionada com o *desemprego* entre jovens e, tal como este último, tem crescido em todos os países da UE nos últimos anos, mesmo entre graduados do ensino superior (Mascherini et al., 2012). Em análise recente sobre o fenómeno NEET em 2012 na Europa que considera uma faixa etária de 15 a 29 anos, verifica-se que Portugal possuía uma taxa NEET (14%) um pouco inferior à média europeia (15,4%), porém, se se considerar apenas os graduados do ensino superior, a taxa portuguesa (2,6%) já supera o valor médio do conjunto europeu (2,1%) (*Idem*, 39). Tanto a Espanha (21,1%), como a Grécia (23,2%) e a Irlanda (22%) possuíam níveis NEET bem acima da média europeia, enquanto o Chipre se colocava aquém dessa fasquia (14,7%) (*Idem*, pp. 29).

A evolução das taxas de *emprego e desemprego* entre graduados do ensino superior português com 25 a 34 anos possui dois momentos distintos ao longo dos cinco anos em análise: até 2013, e depois desse ano (Tabela 2). Entre 2011 e 2013, a *taxa de emprego* reduz 5,7 pp, ao cair de 82,3% para 76,6%. Já a *taxa de desemprego* ascende 5,4 pp no mesmo período, ao passar de 12,4% a 17,8%. A partir de 2013, ambas as taxas recuperam. Em particular, a *taxa de emprego* ascende para 79,4% em 2014 e depois para 79,9% em 2015, mas apesar desta retoma permanece 2,4 pp aquém do seu valor em 2011. A *taxa de desemprego* reduz progressivamente, primeiro para 14% em 2014 e depois para 13% em 2015, permanecendo assim apenas 0,6 pp acima do seu valor em 2011.

			2011	2012	2013	2014	2015	Variação
			%	%	%	%	%	pp
Taxa de Emprego	25 - 34 anos	Portugal	82,3	78,2	76,6	79,4	79,9	-2,4
	25 - 29 anos	Zona Euro 19 Países	78,4	77,4	75,9	75,6	76,3	-2,1
		Portugal	61,5	57,8	56,5	58,7	59,6	-1,9
		Chipre	80,5	75,7	72,9	74,2	75,7	-4,8
		Espanha	71,0	68,0	65,8	67,3	70,2	-0,8
		Grécia	62,3	57,6	53,0	56,0	57,9	-4,4
Irlanda	80,0	80,8	79,4	79,1	81,2	1,2		
Taxa de Desemprego	25 - 34 anos	Portugal	12,4	16,7	17,8	14,0	13,0	0,6
	25 - 29 anos	Zona Euro 19 Países	7,5	8,6	9,3	9,2	8,4	0,9
		Portugal	16,0	20,2	20,7	17,4	16,3	0,3
		Chipre	7,3	10,4	13,2	13,3	12,9	5,6
		Espanha	14,2	17,1	18,1	16,8	14,9	0,7
		Grécia	20,3	25,0	28,2	27,8	25,9	5,6
Irlanda	8,0	7,4	6,8	6,4	5,3	-2,7		

Tabela 2 – Taxas de emprego e desemprego para graduados do ensino superior. Fonte: IE-INE; Eurostat

O atual contexto de crise económica contribui decisivamente para a destruição de empregos entre graduados do ensino superior, porém, já desde o início deste século que os seus percursos de inserção profissional se tornaram “se não mais longos, pelo menos mais complexos, sinuosos e labirínticos” (Alves 2009, 277). Com efeito, as características técnicas, produtivas e organizativas predominantes nas empresas instaladas em território nacional têm-se demonstrado mais prolíficas na “criação e manutenção de postos de trabalho pouco qualificados, que poderão ser ocupados por sujeitos com um escasso nível de habilitações escolares e profissionais” (Gonçalves, 2010, pp. 16). Assim, o tecido empresarial português revela alguma incapacidade em produzir oportunidades de trabalho a um ritmo similar àquele em que decorre a produção de graduados (Canário, 2008, pp. 78), um desequilíbrio que nada revela ter sido colmatado desde então, e que, perante o crescimento do número de diplomados e a retração do mercado de trabalho, tende a agravar-se. Veja-se que a *taxa de emprego* entre graduados do ensino superior português com idades entre os 25 a 34 decresce de 90,8% em 2000 para 85,3% em 2010, ou seja, uma redução de 5,5 pp em dez anos. O ritmo a que esta taxa diminui é maior desde então, uma vez que nos cinco anos seguintes reduz aproximadamente o mesmo valor (5,4 pp), quedando-se por 79,9% em 2015. A progressiva perda de empregos implicou, além de um maior volume de graduados *desempregados*, o crescimento dos graduados *inativos*, seja por retornarem ao sistema de ensino ou por ficarem retidos no limbo “nem-nem”. Esta crise no emprego também impulsiona o aumento do número de graduados que emigram para iniciar a sua vida *ativa*, um fluxo migratório altamente qualificado que acarreta grandes perdas económicas para o país, seja pelo investimento educacional realizado pelo Estado nestes indivíduos, seja pela conseqüente perda dessas competências para a estrutura produtiva portuguesa (Gomes, 2015). Também se torna admissível presumir que, caso estes graduados não tivessem saído do país, o *desemprego* seria mais elevado, uma vez que a sua presença em território nacional contribuiria para aumentar a competitividade por um emprego, justamente no momento em que esse bem se torna progressivamente mais escasso.

Este cenário negativo não se verifica apenas em território nacional. Se considerarmos os graduados do ensino superior europeus com idades entre os 25 e os 29 anos, verificamos que no conjunto dos 19 países da zona euro a *taxa de emprego* cai 2,1 pp e a *taxa de desemprego* aumenta 0,9 pp. Entre os países alvo de intervenção económica encontramos evoluções semelhantes: a *taxa de emprego* decresce 4,8 pp no Chipre, 0,8 pp em Espanha, 4,4 pp na Grécia e 1,9 pp em Portugal, enquanto a *taxa de desemprego* aumenta, respetivamente, 5,6 pp, 0,7 pp, 5,6 pp e 0,3 pp. A Irlanda é um dos poucos países entre os 19 que formam a zona euro onde esta tendência se inverte, isto é, onde se regista um aumento de 1,2 pp na *taxa de emprego* e uma diminuição de 2,7 pp na *taxa de desemprego* para o conjunto dos graduados neste escalão etário.

4. A evolução das condições de emprego dos graduados do ensino superior

A análise recai agora apenas sobre os graduados do ensino superior que possuíam um emprego entre 2011 e 2015. A tabela 3 permite avaliar as suas profissões organizadas de acordo com os grupos profissionais definidos na Classificação Portuguesa das Profissões de 2010 (CPP/10), equiparável à *International Standard Classification of Occupations* de 2008 (ISCO/08) utilizada nas estatísticas do Eurostat. Saliente-se que entre os dez grupos profissionais que compõem estas classificações, apenas cotejaremos os primeiros cinco, uma vez que, tanto em Portugal, como em espaço europeu, o número de graduados do ensino superior que se inserem nos restantes grupos profissionais é de tal forma diminuto que não é divulgado nas estatísticas oficiais e, portanto, a soma das percentagens verticais na tabela 3 não perfaz 100%. Note-se também que as estatísticas europeias divulgadas pelo Eurostat assumem que as três primeiras categorias da ISCO/08 – equiparáveis aos três primeiros grupos profissionais da CPP/10 – são ajustadas a graduados do ensino superior (Rademacher e Leitner, 2009, pp. 132), um critério que perfilhamos nesta análise.

				2011	2012	2013	2014	2015	Varição
				%	%	%	%	%	pp
Grupo Profissional (CPP 2010 e ISCO 08)	25-34 anos	Portugal	1: Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos	5,7	5,7	7,5	6,3	4,7	-1,0
			2: Especialistas das atividades intelectuais e científicas	66,6	64,9	62,4	61,1	61,5	-5,1
			3: Técnicos e profissionais de nível intermédio	11,1	11,6	13,0	14,0	14,1	3,0
			4: Pessoal administrativo	8,9	7,1	7,2	8,8	7,5	-1,4
			5: Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	5,0	7,8	7,1	6,9	8,9	3,9
	15-65 anos	Zona Euro 19 Países	1: Gestores	9,7	9,3	9,0	9,2	9,2	-0,6
			2: Profissionais	46,4	46,2	46,0	45,7	45,5	-0,8
			3: Técnicos e profissionais associados	22,6	22,0	22,2	21,5	21,6	-1,0
			4: Empregados administrativos	7,9	8,3	8,3	8,6	8,5	0,7
			5: Trabalhadores dos serviços e vendas	6,7	6,9	7,0	7,3	7,4	0,8
		Portugal	1: Gestores	9,2	8,8	9,9	10,2	9,2	0,0
			2: Profissionais	69,5	68,3	67,5	64,9	65,1	-4,4
			3: Técnicos e profissionais associados	10,0	10,7	10,7	12,0	12,3	2,3
			4: Empregados administrativos	6,5	5,0	5,0	5,7	5,4	-1,1
			5: Trabalhadores dos serviços e vendas	3,4	4,4	4,5	4,4	4,9	1,5
		Chipre	1: Gestores	6,9	6,5	6,7	6,9	6,7	-0,2
			2: Profissionais	42,0	40,9	40,3	41,2	39,7	-2,2
			3: Técnicos e profissionais associados	17,5	18,1	18,3	17,9	18,3	0,8
			4: Empregados administrativos	11,5	11,2	11,1	11,2	12,0	0,5
			5: Trabalhadores dos serviços e vendas	12,7	13,4	13,7	13,6	13,8	1,1
Espanha	1: Gestores	7,3	7,2	6,8	6,7	6,3	-0,9		
	2: Profissionais	41,4	41,9	42,0	40,9	40,8	-0,6		
	3: Técnicos e profissionais associados	16,0	15,4	15,5	15,7	15,6	-0,4		
	4: Empregados administrativos	13,0	12,6	12,4	12,6	13,0	0,0		
	5: Trabalhadores dos serviços e vendas	10,3	10,8	11,3	12,0	12,4	2,1		
Grécia	1: Gestores	4,6	5,4	5,5	4,9	3,6	-1,0		
	2: Profissionais	55,0	54,8	54,3	52,7	51,5	-3,5		
	3: Técnicos e profissionais associados	14,4	13,3	12,4	13,3	14,6	0,2		
	4: Empregados administrativos	7,8	8,5	8,6	8,9	9,8	2,0		
	5: Trabalhadores dos serviços e vendas	10,7	10,8	10,9	11,8	12,2	1,5		
Irlanda	1: Gestores	9,3	10,1	9,5	9,9	10,0	0,8		
	2: Profissionais	44,7	44,5	43,8	43,0	42,1	-2,6		
	3: Técnicos e profissionais associados	12,9	13,8	13,6	13,7	14,5	1,5		
	4: Empregados administrativos	9,5	9,0	9,5	9,6	9,3	-0,1		
	5: Trabalhadores dos serviços e vendas	12,6	12,3	12,5	12,8	12,9	0,3		

Tabela 3 – Grupos profissionais dos graduados do ensino superior. Fonte: IE-INE; Eurostat

Uma primeira observação da tabela 3 permite verificar que entre 2011 e 2015, a esmagadora maioria dos graduados portugueses empregados com idades entre os 25 e os 34 anos, desempenha uma profissão que podemos considerar ajustada ao nível de escolaridade. Em qualquer dos anos em análise, mais de 61% enquadram-se no grupo dos *especialistas das atividades intelectuais e científicas*, aquele que se afirma mais adequado a quem possui um curso superior. Acresce ainda que ao longo dos cinco anos em observação, a profissão de parte significativa dos restantes graduados insere-se num dos outros dois grupos profissionais que, de acordo com o critério utilizado, também podemos considerar adequados a titulações do ensino superior: os *representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos*, que incluem uma parcela nunca inferior a 4,7%; e os *técnicos e profissionais de nível intermédio*, com uma expressão que oscila entre 11,1% e 14,1%. Assim, entre 2011 e 2015, nunca encontramos mais de 20% destes diplomados em grupos profissionais manifestamente desadequados face ao seu nível de instrução, ou seja, em situações de sobrequalificação académica.

Porém, um olhar mais atento a este cenário de ajustamento profissional massivo permite detetar um crescente processo de desclassificação profissional, que se materializa na progressiva descida dos diplomados para degraus mais distantes do topo da pirâmide profissional, mesmo quando isso não implica uma situação manifesta de sobrequalificação. Se observarmos o fluxo de graduados entre os três grupos profissionais que podemos considerar adequados ao nível de instrução, verificamos que, ao longo dos cinco anos, os dois primeiros e mais capitalizados grupos se esvaziam progressivamente, enquanto terceiro e menos capitalizado cresce. Os *representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos* diminuem cerca de 1 pp, a parcela de *especialistas das atividades intelectuais e científicas* reduz mais de 5 pp, enquanto os *técnicos e profissionais de nível intermédio* aumentam o seu peso em 3 pp. Note-se também que o peso combinado destes três grupos profissionais diminui em mais de 3 pp entre 2011 (83,4%) e 2015 (80,3%), o que implica o aumento das situações de sobrequalificação académica em igual medida nesse período.

Podemos colocar como hipótese que este processo de desclassificação profissional esteja, em grande medida, associado ao crescimento da taxa de *desemprego* e à rarefação do *emprego*. Perante a dificuldade em obter um emprego desejado ou, tampouco, adequado à sua área de formação, muitos graduados do ensino superior vêm-se forçados a aceitar posições profissionais que não se ajustam ao seu nível de instrução, também designados por empregos “de espera” (Alves, 2009) ou “de oportunidade” (Gonçalves, 2012). Os custos deste compromisso são elevados, tanto a nível individual, como para as empresas e a economia nacional (McGuinness, 2006).

Será então que este (dispendioso) processo de desqualificação profissional de graduados se afirma apenas em território nacional? Os dados divulgados pelo Eurostat não permitem responder cabalmente a esta questão, uma vez que o único escalão etário disponibilizado para a distribuição dos graduados europeus por grupos profissionais reúne todos os indivíduos com idades entre os 15 a 64 anos, ou seja, afasta-se sobremaneira do conjunto de idades que consideramos na análise aos graduados portugueses. Ainda assim, podemos verificar que, entre 2011 e 2015, tanto na zona Euro em geral, como nos países intervencionados em particular, a parcela de diplomados do ensino superior com 15 a 64 anos inscritos nos três grupos profissionais adequados ao seu nível de instrução recua, ou seja, a sobrequalificação aumenta 2,4 pp no conjunto dos 19 países da zona Euro, 1,7 pp no Chipre, 2 pp em Espanha, 4,3 pp na Grécia, 2,1 pp em Portugal e apenas 0,3 pp na Irlanda. Por outro lado, também se deteta um movimento de desqualificação profissional sem sobrequalificação no Chipre, Grécia e Portugal, sendo porém menos evidente nos restantes países intervencionados ou no total da zona Euro. Nomeadamente, ao longo dos cinco anos em análise, encontramos uma diminuição da porção de graduados cipriotas, gregos e portugueses nos dois grupos profissionais mais capitalizados do trio que consideramos adequado ao seu nível de instrução, enquanto se reforça a sua presença no terceiro e menos qualificado destes grupos profissionais.

As informações que o INE disponibiliza para o *tipo de vínculo contratual* (Tabela 4) concernem apenas à parcela de diplomados empregados por *conta de outrem*, um grupo que representa sempre mais que 90% da população de graduados portugueses com 25 a 34 anos entre 2011 e 2015. Os dados disponíveis no Eurostat consideram também os trabalhadores por *conta de outrem*, porém, reportam à faixa etária entre os 15 a 39 anos.

Os graduados portugueses com 25 a 34 anos que possuem um contrato de trabalho *temporário* atingem os 41,9% em 2011, reduzindo depois para 38,5% até 2014 e aumentando para 40,3% em 2015, ou seja, ainda com oscilações, este tipo de vínculo contratual recua cerca de 1,6 pp ao longo dos cinco anos sob escrutínio.

			2011	2012	2013	2014	2015	Variação
			%	%	%	%	%	pp
Trabalhadores temporários	25 - 34 anos	Portugal	41,9	39,5	39,5	38,5	40,3	-1,6
	15 - 39 anos	Zona Euro 19 Países	18,1	17,8	18,2	18,6	19,1	1,0
		Portugal	37,5	35,4	36,5	33,9	35,3	-2,2
		Chipre	13,2	14,7	16,5	17,6	18,3	5,1
		Espanha	27,3	26,0	25,2	26,4	28,7	1,4
		Grécia	9,7	10,0	10,6	11,8	10,7	1,0
		Irlanda	10,2	10,0	10,1	9,0	8,3	-1,9

Tabela 4 – Trabalhadores temporários entre graduados do ensino superior. Fonte: IE-INE; Eurostat

O recuo dos contratos de trabalho temporários entre os graduados portugueses na faixa etária em apreço causa alguma surpresa. Desde logo, e como se referiu antes, porque a difusão do trabalho temporário é encarada como uma das características da emergência do contemporâneo “capitalismo flexível” e das “empresas flexíveis” que o acompanham. E também porque os anos em análise coincidem com o período de assistência financeira a Portugal, momento em que o governo vigente implementou um conjunto de reformas destinadas a “flexibilizar” a legislação laboral, o que incentivou a contratação temporária.

Para melhor compreender esta evolução é necessário cotejá-la com a situação europeia. Assinale-se, desde logo, que também na faixa etária de 15 a 39 anos, a parcela de graduados portugueses com contratos temporários engloba sempre mais de um terço desta população, apesar de demonstrar tendência para uma redução que se cifra em 2,2 pp entre 2011 e 2015. Posto isto, de imediato sobressai a elevada percentagem de trabalhadores temporários entre os graduados portugueses face ao valor médio dos 19 países da zona Euro, onde o peso desta situação se situa perto de 18% ao longo dos cinco anos em análise. No que concerne aos países intervencionados, os graduados espanhóis são os que revelam níveis mais elevados de vínculos contratuais temporários, rondando os 29%. Nos restantes países alvo de intervenção económica o peso dessa parcela fica sempre abaixo do valor médio para a zona Euro, ronda os 17% no Chipre e os 10% na Grécia e Irlanda. Por outro lado, tanto no conjunto da zona Euro, como no Chipre, Espanha e Grécia os trabalhadores temporários entre graduados do ensino superior com 15 a 39 anos crescem entre 2011 e 2015 (respetivamente, 5,1 pp, 1,4 pp e 1 pp). Apenas na Irlanda, o país onde o trabalho temporário entre graduados assume menor expressão, se verifica uma tendência semelhante à portuguesa, ou seja, uma redução deste tipo de trabalhos ao longo destes cinco anos (1,9 pp).

Se retomarmos ao caso dos diplomados portugueses, sabemos agora que o trabalho temporário é bastante mais frequente do que entre os seus congéneres europeus. Os graduados portugueses assumem assim o papel, possivelmente de forma involuntária e não desejada, de porta-estandarte da aplicação do paradigma da flexibilidade aos contratos de trabalho. Neste cenário de banalização do trabalho temporário na zona Euro, qualquer diminuição destes vínculos contratuais deve ser observada com extrema cautela. Ao invés de assumir que se trata de um aumento sustentado da segurança contratual, parece mais plausível que resulte de fatores contingenciais locais, como por exemplo, incentivos estatais à contratação permanente.

As informações que o INE disponibiliza para o *rendimento médio mensal líquido* também reportam apenas aos diplomados empregados por *conta de outrem*. As dissemelhanças que detalharemos adiante entre este indicador e o disponibilizado pelo Eurostat obrigam a divulgar esses dados em tabelas distintas.

No caso dos graduados portugueses com 25 a 34 anos sobressai a degradação significativa dos seus rendimentos salariais ao longo dos cinco anos em análise: em 2011 o rendimento médio mensal líquido atingia os 1031€, enquanto em 2015 se quedava em 903€, ou seja, uma perda de 128€ em cinco anos (Tabela 5).

	2011	2012	2013	2014	2015	Variação
	€	€	€	€	€	€
Rendimento médio mensal líquido	1031	965	957	924	903	-128

Tabela 5 – Rendimento médio mensal líquido dos graduados do ensino superior em Portugal. Fonte: IE-INE

Em primeiro lugar, não podemos deixar de notar que esta quebra nas remunerações se deve, em muito, ao aumento assinalável da carga tributária sobre os salários entre 2011 e 2015. Desde logo, a revisão dos escalões IRS e o parcelamento dos descontos para a segurança social implicaram maiores descontos nos vencimentos; também a aplicação de novos impostos agravou esta situação, como sucedeu com a sobretaxa extraordinária de IRS e o indexante de apoios sociais; devemos ainda considerar que, especialmente no setor público, mas também no privado, se tornaram frequentes os congelamentos de salários e as suspensões de progressão nas carreiras, situações que implicam uma progressiva diminuição do rendimento disponível. Acresce que, apesar do carácter transversal deste aumento da tributação, os rendimentos mais elevados foram especialmente afetados, justamente, aqueles que maioritariamente se aliam a graduados do ensino superior (Portugal, 2004, pp. 79-80).

Por outro lado, o processo de desqualificação profissional que identificámos antes também contribuirá decisivamente para a perda de rendimentos salariais dos graduados portugueses. O custo económico em “trocar” de grupos profissionais mais capitalizados para outros menos capitalizados, surge bem patente nos dados do INE sobre os salários líquidos médios em cada grupo profissional. Ainda que estes dados estejam apenas disponíveis para o total da população portuguesa empregada por conta de outrem com 15 a 64 anos, são ilustrativos do tipo de perdas salariais que os graduados enfrentam numa situação de despromoção socioprofissional. Assim, no ano de 2015, se considerarmos os primeiros três grupos da estrutura profissional, aqueles que podemos considerar adequados a qualificações do ensino superior, verificamos que entre o primeiro e o segundo existe uma diferença de cerca de 250€ no salário médio líquido e que do segundo para o terceiro se perdem mais de 300€ líquidos por cada mês de trabalho. Essas perdas agravam-se ainda mais se essa despromoção configurar, do ponto de vista de um graduado, uma situação de sobrequalificação. Com efeito, a passagem do terceiro grupo profissional para o quarto implica uma redução no salário mensal em cerca de 200€ líquidos, ao que acrescem mais cerca de 100€ na passagem para o quinto grupo profissional.

Os dados referentes a graduados europeus apenas podem ser consultados para a população com 18 a 64 anos, uma dificuldade transversal a esta análise que agora se agrava pela sua concomitância com outras três dissemelhanças. Em primeiro lugar, o único indicador que permite aferir a evolução dos rendimentos individuais divulgado pelo Eurostat é o rendimento disponível igualizado, no original, *equivalised disposable income*. Este indicador resulta da divisão do total do rendimento anual de uma unidade familiar pelo número de membros dessa família e inclui rendimentos resultantes de trabalho por *conta própria* e de *outrem*, receitas privadas provenientes de investimentos ou propriedades, transferências de valor entre famílias e ainda todos os benefícios sociais recebidos em dinheiro. Acresce ainda que à data de redação deste texto o Eurostat apenas possuía dados a este propósito até ao ano de 2014.

			2011	2012	2013	2014	Variação
			€	€	€	€	€
Rendimento anual disponível	18 - 64 anos	Zona Euro 19 Países	26.447	26.465	26.343	26.072	-375
		Portugal	19.210	17.560	16.697	16.359	-2.851
		Chipre	26.499	27.047	25.698	24.915	-1.584
		Espanha	23.022	22.574	21.536	20.917	-2.105
		Grécia	18.500	14.879	13.689	12.822	-5.678
		Irlanda	30.495	28.678	29.161	29.736	-759

Tabela 7 – Rendimento disponível igualizado dos graduados do ensino superior. Fonte: Eurostat

Verificamos que o *rendimento disponível igualizado* anual dos graduados do ensino superior com 18 a 64 anos recua entre 2011 e 2014, tanto na média da zona Euro, como em Portugal, Chipre, Espanha, Grécia e Irlanda (Tabela 7). Esta pauperização é mais notória entre os graduados gregos que, além de se aliarem aos valores mais reduzidos deste conjunto, perdem mais de um quarto desses rendimentos entre 2011 e 2014, uma redução que ultrapassa os 5.000€ anuais e que não encontra paralelo no conjunto em análise. Por ordem descendente de perda de rendimentos, surgem depois os graduados portugueses que veem os seus rendimentos reduzir cerca de 2.800€ em igual período. Entre os graduados espanhóis a quebra de rendimento supera os 2.100€ e no caso do Chipre a redução ultrapassa os 1.500€. Apenas os graduados irlandeses, como uma perda de menos de 760€ ao longo dos 4 anos em análise se aproximam da média dos 19 países da zona Euro, onde as perdas de rendimento surgem bastante minimizadas, não ultrapassando os 375€. Se considerarmos que este último valor se trata de um valor médio, onde se incluem os 5 países que analisámos individualmente, facilmente se compreende que nos países da zona Euro que não foram alvo de intervenção económica os rendimentos anuais dos graduados não reduziram tanto como nos países intervencionadosⁱⁱ. Uma situação que desvaloriza a importância da crise económica na perda de rendimentos entre graduados e reforça o impacto a esse nível dos planos de austeridade implementados pelos Estados intervencionados e dos vários tipos de flexibilidade laboral.

5. Notas conclusivas

Deste conjunto de dados sobre os graduados com 24 a 35 anos em Portugal devemos reter que, entre 2011 e 2015, i) os índices de *atividade* recuaram, o que fez aumentar as situações de *inatividade*; ii) perderam-se continuamente *empregos* e o número de *desempregados* aumentou; iii) e ambos estes processos foram mais notórios até 2013 do que a partir desse ano. Não se torna difícil presumir a crise económica europeia que atravessou este período catalisou estas alterações. Porém, devemos considerar que existem outros fenómenos que também contribuem para esta evolução e que antecedem a atual crise: i) o crescente número de graduados que prolongam os seus estudos no ensino superior, ou que a ele retornam no decurso da sua inserção profissional, contribui para aumentar o número de situações de *inatividade*; ii) as formas de gestão de mão-de-obra flexíveis, seja esta numérica ou funcional, podem traduzir-se num maior, e persistente, número de *desempregados*, assim como podem implicar uma diminuição nos *empregos* disponíveis; iii) e o possível agravamento de eventuais desequilíbrios entre oferta e procura por qualificações académicas no mercado de trabalho também se podem refletir no aumento do *desemprego*. Entre os diplomados que possuem um *emprego*, degradam-se as condições de trabalho, uma evolução bem patente na crescente desqualificação profissional – com, ou sem, sobrequalificação académica –, na banalização do trabalho temporário e na progressiva delapidação salarial. E mesmo que se registre alguma recuperação deste quadro geral a partir de 2013, essa retoma implica apenas uma ligeira redução do ritmo a que o *emprego* reduz e o *desemprego* aumenta, uma vez que a degradação da qualidade do *emprego*, não revela qualquer sinal de abrandamento significativo ao longo destes cinco anos.

Ao colocar a evolução da inserção profissional de graduados do ensino superior em Portugal perante o contexto europeu, verificamos que, entre 2011 e 2015, a evolução traçada para o caso português não difere muito do que sucedeu na média da zona Euro, o que sugere que os efeitos da crise económica, da emergência da flexibilidade e do aumento de graduados-estudantes também se verificam na maioria do território europeu. No entanto, com exceção da Irlanda, Portugal e os restantes países intervencionados parecem reagir pior a esta evolução do que a zona Euro no seu conjunto, apesar das profundas dissemelhanças nos contextos políticos, sociais e culturais. Uma situação que, muito provavelmente se encontra relacionada com o impacto das políticas reformistas e das sucessivas vagas de “austeridade” que derivaram dessas intervenções económicas. Ao acrescer estas medidas a um, já penalizador, contexto de crise económica e de mudanças estruturais no mercado de trabalho, os graduados destes países acabam por ser duplamente penalizados. Com efeito, o agravamento da inserção profissional torna-se especialmente notório entre os graduados no Chipre e na Grécia, justamente os países que ainda se encontram sob o julgo de “troikas” e políticas de “austeridade”. Para os graduados em Espanha e Portugal, as dificuldades no percurso de inserção profissional de graduados aumentam mais do que no conjunto da zona Euro. Já a Irlanda representa o que vulgarmente se pode designar por um *case study* que deve ser observado com particular atenção em futuras análises. Com efeito, os graduados irlandeses contrariam a evolução geral em muitos dos indicadores em análise, nomeadamente, na maior participação na vida ativa, no aumento do emprego e diminuição do desemprego e redução da incidência de trabalho temporário.

Referências

- Alves, Mariana, N. Alves e M. Chaves (2012). Inserção profissional e razões de ingresso e reingresso no ensino superior, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 69, 99-118.
- Alves, Natália (2009). *Inserção profissional e formas identitárias*. Lisboa: Educa.
- Atkinson, John (1987). La flexibilité de l'emplois sur le marché internes et externes de travail. In R. Dahrendorf, E. Kohler e F. Piotet, *Nouvelles formes de travail et activité* (pp. 3-48). Dublin: FEACVT.
- Beck, Ulrich (2000). *The brave new world of work*. Cambridge: Polity.
- Boltanski, Luc e E. Chiapello (1999). *Le Nouvel esprit du capitalisme*. Gallimard: Paris.
- Canário, Rui (2008). A Escola: das promessas às incertezas, *Educação Unisinos*, 12(2), 73-81.
- Chaves, Miguel, e C. Morais (2014). Nivelção e desigualdade na inserção profissional de diplomados do ensino superior, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 76, 87-108.
- Chaves, Miguel e C. Morais (2016). Quanto tempo para aceder ao mercado de trabalho? A inserção profissional dos diplomados do ensino superior no dealbar da recessão, *Configurações*, 17, 231-251.
- Colebrook, Catherine et al. (2015). *European jobs and skills*. Londres: IPPR.
- Costa, Ana e J. Caldas (2013). A UE e Portugal entre os resgates bancários e a austeridade. In Observatório das Crises e das Alternativas, *A anatomia da crise* (72—107), Lisboa: OCA.
- Eichhorst, Werner e F. Neder (2014). Youth Unemployment in Mediterranean Countries, *IZA Policy Paper*, 80, 1-11.
- Eurostat (2015). *Being young in Europe today*. Luxemburgo: UE.
- Eurostat (2013). *Smarter, greener, more inclusive*. Luxemburgo: UE.
- Gomes, Rui (coord.) (2015). *Fuga de Cérebros*. Lisboa: Bertrand.
- Gonçalves, Carlos (2010). *Licenciados, Precariedade e Família*. Porto: EC.

- Gonçalves, Carlos (2013). “Jovens e Desemprego”. In Brandão, A. e Marques, A. *Jovens, trabalho e cidadania: que sentido(s)*. Braga: Cics.
- Harvey, David (1990). *The condition of postmodernity*. Oxford: Blackwell.
- Kovács, Ilona et al. (2006). Flexibilidade e crise de emprego, *SociusWp*, 8, 1-78.
- Kovács, Ilona (coord.) (2014). *Temas Atuais da Sociologia do Trabalho e da Empresa*. Coimbra: Almedina.
- Mascherini et al. (2012). *NEETs: Characteristics, costs and policy responses in Europe*. Luxemburgo: UE.
- McGuinness, Séamus (2006). Overeducation in the labour market, *Journal of economic surveys*, 20(3), 387-418.
- Pires, Rui et al. (2015). *Emigração Portuguesa*. Lisboa: OE.
- Portugal, Pedro. (2004). Mitos e factos sobre o mercado de trabalho português, *Boletim Económico do Banco de Portugal*, Março, 73-80.
- Rademacher, Walter, e M. Leitner (2009). *Bologna Process in Higher Education in Europe*. Luxemburgo: EC.
- Schellinger, Alexander (2015). *Brain Drain–Brain Gain*. Berlim: FES.
- Standing, Guy (2014). *O precariado*. Lisboa: Presença.
- Vieira, Maria, V. Ferreira e J. Rowland (2015). Retrato da juventude em Portugal, *Revista Estudos Demográficos*, 54, 1-25.

ⁱ Nos 19 países que compõem a zona Euro incluem-se, por ordem alfabética, Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Grécia, (República da) Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, e Portugal.

ⁱⁱ Entre os 19 países da zona euro, além dos países intervencionados, apenas se registam perdas no *Rendimento disponível igualizado* anual para graduados na faixa etária de 19 a 64 anos entre 2011 e 2014 na Eslovénia (798€), França (232€) e Itália (1.738€). Nos restantes 11 países esse rendimento aumenta.